

GÊNERO, CLASSE E TRABALHO

Terezinha Brumatti CARVALHAL¹

Antonio THOMAZ JUNIOR²

Resumo: Buscamos com essa pesquisa ressaltar a importância de se estudar a questão de gênero, sob a perspectiva geográfica. Para isso delimitamos o espaço do sindicato como forma de demonstrar como se dá as relações de poder entre os sexos. Por meio das composições das diretorias, percebemos que as mulheres tendem a ocupar cargos secundários, haja vista que o sindicato, assim como o espaço político e público em geral, são ocupados primordialmente pelos homens. Enquanto que, apesar das mudanças, tem permanecido unicamente às mulheres, a responsabilidade da manutenção da casa e da reprodução da força-de-trabalho para o capital, formado pelo marido, filhos e por si própria.

Palavras-chave: Gênero, geografia, trabalho, sindicato

GENDER, CLASS AND WORK

Abstract: With this research we seek to emphasize the importance of studying the gender question under the geographic perspective. For this it was delimited the space of the syndicate as form to demonstrate the power relationships between the genders. By compositions of the directions, we perceived that the woman tend to occupy secondary positions, seeing that the syndicate, as well as the politician space and public in general are occupied by primordially by the men. While that, despite the changes, it has remained only to the woman the responsibility of the maintenance of the house and the reproduction of the force-of-work for the capital, formed by husband, children and proper herself.

Key-words: Gender, geography, work, syndicate

¹ Doutoranda e Mestre em geografia pela FCT/UNESP- Presidente Prudente, membro do CEGeT - tbrumatti@hotmail.com

² Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP e do CEUD/UFMS; coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT) e do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi) - thomazjr@hotmail.com.br

1 – Introdução

Neste trabalho procuramos expressar a Geografia da questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente, ou seja, nos apoiamos e nos baseamos nos argumentos geográficos da “leitura” do espaço para desvendarmos as manifestações espaciais expressas no território, fruto das contradições de classe e das relações de gênero.

Dessa forma, colocamos como proposta a busca de evidências concretas que se enraízam na relação de gênero, expressas na contradição capital x trabalho, assentadas nas diferentes formas de dominação e assim determinando a configuração territorial. Portanto, temos a mulher como ator social, cuja expressão espacial determina-se em sua dupla dimensão de pertencimento à classe e provedora dessa simultaneamente, passando a estar sob os auspícios do regramento capitalista, que impõe à reprodução os seus ditames mercadológicos.

E para isso elencamos oito sindicatos³: Sindicato dos Servidores Municipais de Presidente Prudente (SSM), Sindicato dos Bancários e Financiários de Presidente Prudente e Região (SEEB); Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Pesada, Terraplanagem, Instalação Elétrica e Hidráulica, do Mobiliário e Material Cerâmico de Presidente Prudente e Região (SINTCON); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêutica e de Fabricação de Álcool de Presidente Prudente e Região (SINDIÁLCOOL); Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Presidente Prudente e Região (SIEMACO); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos e de Curtimentos de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo (STIAC); Sindicatos dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP); Sindicatos dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente e Região (SEC).

Entendendo por configuração territorial o processo onde as relações espaciais se expressam, caracterizando dado lugar. E tendo como pressuposto que os embates traçados entre a classe dominante e a classe trabalhadora, onde a primeira impõe a configuração espacial aos seus desígnios e onde o território e o lugar assumem as determinações da

³ Nesses sindicatos também realizamos 14 entrevistas aos dirigentes e presidentes, 1 entrevista com 1 militante do sindicato da APEOESP e a dirigente da subseção da CUT/Presidente Prudente, 10 entrevistas com trabalhadoras da base, além de 135 questionários aplicados às trabalhadoras da base dos sindicatos pesquisados.

reprodução do capital, fazendo transparecer a hegemonia da classe burguesa. O território, então é segundo Thomaz Jr. (2002), a expressão do domínio locacional das relações de poder, fruto das relações configuradas no espaço. Portanto, espaço e território são categorias de uso interligado.

Dessa forma buscamos, do ponto de vista das mulheres, demonstrar o entendimento de ser mulher trabalhadora na sociedade capitalista, de seus direitos e sua relação com os homens. Pois é ingressando no âmbito de trabalho assalariado que a mulher se sobrecarrega, pois suas obrigações domésticas não são afastadas, devido à divisão sexual das tarefas, que é decorrente da ideologia pregada pela sociedade burguesa e patriarcal que afirma a hierarquia social entre os gêneros, a conseqüente divisão de sexos e correspondentes funções.

Percebemos que o sindicalismo tem dificuldades em estabelecer políticas de gênero, pela resistência em repensar algumas posturas políticas e incorporar a mulher no meio sindical.

Porém apontamos que o lugar a ser ocupado pela mulher possa ser aquele em que se haja condições de realizar o salto escalar. Que por meio da tripla jornada de trabalho, pode ao mesmo tempo entender a importância de seu papel para a estruturação do sistema metabólico do capital e a partir da ocupação do sindicato, tornar possível esse salto em busca de melhores condições. Ou seja, tendo o lugar como referência, a questão de gênero deve servir como mediação das relações estabelecidas no espaço geográfico.

2 - O sindicato como locus das disputas de poder

De antemão pudemos observar que há ainda muita resistência, em relação à atuação da mulher nos sindicatos, além da presença do machismo no movimento sindical. Em relação à política de cotas da CUT, pudemos observar nos discursos que os homens e algumas mulheres questionaram a aplicação da política em seu sindicato, pois argumentaram o caráter impositivo da mesma.

As sindicalistas que questionaram a efetividade da política de cotas, avaliaram que tal política ao mesmo tempo em que oficializa uma condição, um direito de participação, pode parecer às vezes como uma concessão. E as sindicalistas que apóiam a política de cotas apostam que a estipulação da cota fará com que o movimento sindical comece a pensar o elemento diferente, pois há a necessidade de se repensar a própria lógica

do movimento sindical. Além de que, conforme nos apontaram, foi por meio da política de cotas que muitas lideranças femininas surgiram nos sindicatos. A política de cotas tem muita importância para a maioria das mulheres sindicalistas e militantes entrevistadas, até mesmo porque é somente nos sindicatos cuja base é hegemonicamente feminina, que as mulheres exercem a presidência.

Em relação a postura política dos sindicalistas e das sindicalistas, referente à questão da maior participação da mulher nos sindicatos, percebemos uma falta de sensibilidade da maioria deles. Por parte dos homens, pela própria dificuldade de pensar o elemento diferente nas direções, até porque a sociedade foi estruturada para ver a mulher sempre comandada pelos homens, assim como pela própria organização da política de cotas, onde de certa forma dividiram-se as opiniões a respeito de sua implantação. Além de que, a maioria dos sindicalistas também não consegue ver na existência da dupla e tripla jornada de trabalho, um fator que dificulte a maior inserção e atuação da mulher nos sindicatos. Por outro lado, as sindicalistas não foram ainda despertadas para discutirem suas especificidades de dupla e tripla jornada no interior dos sindicatos, ou seja, não há discussão sobre a questão das funções que se acumularam com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, triplicando quando ingressam no sindicato. A saída, muitas vezes, é calar-se. A negação como mulher, provedora e executora das funções produtivas e reprodutivas, acaba de certa forma sendo a saída para manter-se no sindicato. Há um processo de negação de suas especificidades e necessidades de mulher-trabalhadora, que ao sair para o trabalho e militância política, deixa suas funções domésticas para serem realizadas quando voltarem do trabalho ou para outras realizarem por ela. Quando isso não é possível, a solução encontrada na maioria das vezes é o rompimento com uma das funções. E isso acaba gerando uma outra situação, pois as mulheres sindicalistas em sua maioria, são desquitadas, separadas e solteiras, porém na pesquisa em questão, apesar de 4 das sindicalistas serem casadas, as outras 5 mulheres são solteiras, desquitadas e separadas.

Pudemos perceber que, mesmo com a experiência das sindicalistas de tripla jornada de trabalho, não foi ainda suficiente para desencadear uma certa conscientização em relação a sua situação específica, de trabalhadora e sindicalista, exercedora da tripla jornada de trabalho. Podemos pensar ainda numa situação de alienação da condição de reprodutoras, que não possuem apoio do Estado, do sindicato ou de outra

instância representativa dos trabalhadores, para exercerem a maternidade e o exercício do trabalho assalariado.

Importante colocar que foi com a implantação da divisão do trabalho e da divisão sexual das funções que se acirraram as relações entre os gêneros, sendo que essas relações estabelecidas no espaço, tiveram forte apoio da família patriarcal e monogâmica, como perpetuadora da condição da mulher e das conotações de gênero na sociedade.

E nas sociedades pré-capitalistas, as relações eram bem diferentes entre homens e mulheres, com a imposição do capital, as relações sociais tomaram outras conotações. Houve a separação entre o local de trabalho (produção) e o local da reprodução, com o homem realizando sozinho, no espaço público, a função da produção, enquanto a mulher ficou no espaço privado exercendo suas funções domésticas e cuidando dos filhos. À mulher coube, então, a função de mantenedora da reprodução dela, dos filhos e do marido. Posteriormente, com o ingresso no mercado de trabalho, para o incremento da renda familiar, essas funções não foram redivididas.

E isso se verifica na pesquisa em questão, onde as funções domésticas são na maioria dos casos, realizadas pelas próprias trabalhadoras, sendo poucas as que contam com a ajuda de empregadas e faxineiras. Até porque o salário recebido pela maioria delas não ultrapassa a quantia de três salários mínimos mensais (com a ressalva de que muitas trabalhadoras recebem de ½ a 1 salário mínimo por mês), o que inviabiliza a contratação de outras pessoas para realizarem as funções domésticas por elas.

Nesse sentido, podemos pensar que essa situação criada contribui para que as mulheres se mantenham sempre ocupadas e atarefadas e acabem não exercendo atividades mais politizadas.

Assim, a temática central colocada neste trabalho, a questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente, nos chama a atenção aos fenômenos que se relacionam no espaço e que se territorializam sob diferentes formas e em diferentes lugares.

Vemos que de um lado, as mulheres não são conhecedoras das questões políticas de forma geral, bem como das lutas sindicais e das questões que dizem respeito às suas dificuldades de mulher-mãe-trabalhadora ao lidar com a dupla jornada de trabalho. Também as sindicalistas, apesar de estarem inseridas na política sindical, nem sempre vêem o sindicato como local de debate e busca de alternativas para a opressão de gênero.

E os sindicatos não têm tido a preocupação de questionarem a subordinação da mulher ao homem e ao capitalista e as dificuldades de inserção em cargos diretivos do mercado de trabalho e nos sindicatos. E isso fica explícito quando analisamos o meio de comunicação existente entre diretoria e a base, de cada sindicato estudado, seja ele em formato de jornal ou boletim impresso ou eletrônico. Pudemos observar que o sindicato não tem abordado questões de forma mais aprofundada, mas apenas de caráter informativo. O jornal da APEOESP, dos jornais existentes, foi o único que no período analisado, demonstrou uma maior preocupação com as questões de gênero, no sentido de colocar que a escola tem contribuído para a perpetuação da submissão e subordinação da mulher ao homem, além da questão do machismo presente na sociedade capitalista.

E essa construção social de gênero tem sido reproduzida pela escola, que tem ensinado aos meninos serem machões e as meninas a serem delicadas e dóceis. E isso mais tarde no mercado de trabalho e em outras instâncias acaba definindo o salário e a função exercida pelas mulheres. Alguns autores, entre eles Canôas (1997) e Souza-Lobo (1991) apontam que o perfil das funções ditas “femininas” está mudando com a inserção da mulher em outras funções. Por outro lado, Oliveira e Ariza (1997) apontam que mesmo com a mudança, tem permanecido a supremacia masculina, ao ocupar cargos melhores remunerados e de maior prestígio social.

O fato é que a classe dominante fez com que essa construção de gênero se infiltrasse na idéia de homens e mulheres, a ponto dessas aceitarem comportamentos exigidos e aqueles por exigirem submissão da mulher. Lembrando que essa situação para a classe trabalhadora é muito prejudicada pela falta de identidade entre pessoas de uma mesma classe social, mas com sexos diferentes. E é no sindicato que essas relações se complexificam pela divisão da classe em categorias e pela divisão territorial (municípios), gerando um trunfo para o capitalista que possui gestão hegemônica sobre o território.

Nesse sentido, podemos dizer que existe um processo social que designa a mulher se sentir subordinada ao homem, além de se sentir/ficar fora dos espaços de poder na sociedade, apoiado pelos aparelhos ideológicos do estado, como a igreja e a escola, mas é no sindicato que se aprofunda a alienação de classe e de gênero. Na medida em que as mulheres têm se sentido *outsiders*, ou seja, do lado de fora dos sindicatos, ao declararem que não gostam de política, mas principalmente porque o

sindicato não tem conseguido trazer/criar mecanismos de permanência dessa ampla camada da População Economicamente Ativa (PEA), no seu interior e nas composições das diretorias.

3 - A alienação dos trabalhadores x a autogestão capitalista

Tivemos a oportunidade de verificar por meio do estudo da questão do gênero no meio sindical, a territorialização de uma relação estabelecida pelo processo metabólico do capital. É por meio da expressão desse fenômeno que se percebe a subordinação a que se submetem e são submetidas as mulheres da classe trabalhadora.

Chauí (1994) aponta que a busca pela emancipação da mulher não será por meio da inserção no mercado de trabalho, no sentido de que há movimentos de mulheres que reafirmam a ideologia dominante, sem questionar a hegemonia dominante. Pois no caso do movimento feminista, que apesar de suas conquistas pela própria inserção da discussão da questão de gênero no meio acadêmico, o movimento não logrou contestar o sistema, já que a luta das feministas é uma luta pela igualdade ao direito do emprego e liberdade de seu corpo. Igualdade para serem exploradas e de realizarem trabalhos alienados, e de possuir a liberdade de seu corpo, para empregarem onde quiserem.

Lênin (1980), por outro lado, entende que na medida que as mulheres passam a ser exploradas no ambiente público, apesar de sofrerem a dupla jornada de trabalho, abre-se a possibilidade de criação de um processo de consciência de classe. Na medida em que, estando em condições que beiram o limite de sua existência, é que então podem passar a perceber a condição em que se encontram e a sua posição no espaço movido pela lógica do capital.

Talvez algumas mulheres só visualizem essa realidade apenas como sindicalistas, com o exercício da terceira jornada de trabalho, quando ingressam na militância política. O fato é que as mulheres, por meio da inserção no mercado de trabalho assalariado, realizado na maioria das vezes no meio público, ainda que existam trabalhos exercidos no ambiente a domicílio, também, tem a possibilidade de terem contato com lideranças sindicais, com diversos movimentos sociais, etc.

Porém, percebemos que as mulheres, tendo em vista a pesquisa realizada junto às trabalhadoras de Presidente Prudente, tendem a se aproximar do sindicato, em busca de diversas formas de assistencialismo.

Isso porque se acostumaram a ver no sindicato o solucionador dos problemas pessoais, como dentista, médico, farmácia, etc. Temos então por um lado, as mulheres que se acostumaram a ver isso nos sindicatos, e os sindicatos por outro lado, se mostraram como exerceedores preferencialmente dessas funções assistencialistas.

Para Guterman (2002), o sindicalismo tem começado a se aproximar das ONGs, na medida em que a luta por empregos e pelo aumento salarial tem sido insuficiente como meio de atrair o trabalhador. Até porque onde o sindicalismo não conseguiu avançar, é onde o emprego tem mais aumentado, que é no setor de serviços, cuja sindicalização gira em torno de 5%. Para a autora, o sindicato pode estar se transformando numa grande ONG comunitária, ao realizar cursos de profissionalização, assistência a menores abandonados como o “Projeto Travessia”, organizado pelo sindicato dos bancários de São Paulo.

Porém devemos talvez nos atentar ao fato de uma maior sociabilidade conquistada a partir da saída em busca de trabalho assalariado, realizado eminentemente em âmbito público, sair do seu meio privado e se relacionar com as pessoas, pode até como vimos, se refletir em inserções nos sindicatos. Além da própria subjugação direta com a exploração do capital, e podemos pensar que o limite vivido com a imposição do capital, na realização do trabalho assalariado, coloca as mulheres em situação de igualdade de exploração com os homens trabalhadores, no sentido da exploração enquanto classe social. Porém ao se inserirem nos sindicatos, na maioria das vezes, incorporam “a luta dos homens⁴”, levando em conta apenas a questão da classe social, não reivindicando questões de gênero, pois assim as mulheres se sentem/ficam em iguais condições com os homens.

O que pode reforçar o fato da não-consciência de si e além-de-si na sociedade de classes, é a forma como a sociedade está estruturada e no caso das mulheres, a situação se agrava com a divisão sexual do trabalho.

Segundo Chauí (1994) a ideologia tem um papel muito importante nessa questão e é pelos aparelhos ideológicos do Estado que se disseminam as idéias da classe dominante. Para a autora, a ideologia está diretamente ligada à classe dominante. “A ideologia não é um processo subjetivo e consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário, produzido pelas condições objetivas da existência social dos

⁴ Expressão usada por Souza-Lobo (1991).

indivíduos.” (CHAUI, 1994, p.78). Os indivíduos não podem perceber que a realidade de classe decorre da atividade de seus membros.

Poderíamos apontar que o maior nível de estranhamento entre os próprios trabalhadores se dá a partir do momento em que se realiza o trabalho assalariado, porém nesse sistema metabólico do capital, o homem se vê antes de tudo como um trabalhador e depois como ser social. Pois o trabalho é tido como condição essencial da existência da humanidade, visto que através dele se pode extrair da natureza a manutenção da vida e, assim, pela intermediação do homem com o meio, tem-se uma dupla transformação. Por um lado, o homem que trabalha é transformado pelo trabalho, uma vez que ele atua sobre a natureza e subordina suas forças a seu próprio ser, por outro, as forças da natureza são transformadas em meios, objetos e matérias-primas. Essa é a essência da relação metabólica que se estabelece entre os homens e a sociedade. “O homem que trabalha utiliza as propriedades físicas e químicas das coisas a fim de fazê-las atuar sobre outras coisas de acordo com sua finalidade” (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 1995, p. 123).

Assim, a história da realização do ser social se dá através da produção e da reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. É através do trabalho também que o ser humano se diferencia de todas as outras formas não humanas, ou seja, o trabalho é condição ontológica do ser humano.

Segundo Lukács *apud* Lessa (1996), das três esferas ontológicas: a inorgânica, a biológica e o ser social, este último é que se particulariza pela produção do novo de forma consciente. A categoria trabalho é a protoforma primária do agir humano, cuja finalidade é a reprodução, apesar da reprodução requerer outros tipos de ação, sem o trabalho as atividades humanas não seriam possíveis, porém alerta que o ser social não é redutível ao trabalho.

Mas esse mesmo trabalho na sociedade capitalista, segundo Antunes (1995) é degradado e torna-se estranhado. O trabalho se converte em meio de subsistência, a força de trabalho se torna uma mercadoria com a finalidade de produzir mercadorias. Assim, o trabalhador torna-se um estranho a ele mesmo, assim como seu produto, ou seja, esse processo de estranhamento não se restringe apenas no resultado, a perda do objeto, mas abrange também o próprio ato de produção. Ele é o efeito da atividade produtiva já estranhada. O seu trabalho não é voluntário, mas compulsório, forçado, somente um meio para satisfazer as necessidades fora dele. Assim, nas sociedades capitalistas, o trabalhador não se apropria

do valor de uso para produzir produtos de suas necessidades, mas sim para as necessidades de outros, pois ele fica indiferente aos valores de uso por ele produzido.

Marx (1991) pondera que o trabalhador põe sua vida no objeto e sua vida não mais lhe pertence, a alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas que existe independentemente dele. O produto é apenas o *resumê* da atividade da produção e assim a própria produção é a alienação.

E nesse sentido, nas sociedades modernas a técnica desenvolvida tem sido orientada para criar a hegemonia da classe dominante, pois quanto mais se produz, tanto mais esses produtos serão alienados de si, pois tanto menos pode possuir. (MOREIRA, 1997). Segundo o mesmo autor, o espaço na linha da relação espaço-poder é tido como determinante da reprodução dos antagonismos de classes que envolvem o operariado pela via da disciplinarização dessa reprodução. As lutas travadas tanto no campo como na cidade pelos trabalhadores se desenvolvem no interior do espaço geográfico, espaço que o capitalismo encontra terreno para reproduzir-se.

Desse modo, temos então um espaço elaborado sob a funcionalidade e o regramento da classe dominante, que impõe à sociedade a divisão de classes, sendo que a classe trabalhadora segue seus fundamentos sem se dar conta da desigualdade criada juntamente com a criação dessa sociedade classista.

A Geografia se propõe a compreender a organização do espaço pelo homem, que se dá através do trabalho e é pelo trabalho que se dá a realização da mediação do homem com a natureza. Assim as recentes transformações no mundo do trabalho recolocam para a Geografia o desafio de se postar diante das novas dinâmicas sociais e de buscar interlocução com outras disciplinas para desvendar a lógica e a dinâmica dos reordenamentos territoriais (Thomaz Jr., 2000).

O autor toma como exemplo a questão da funcionalidade do território aos desígnios do capital. Pondera que a ordenação territorial imposta pelo capital, subverte os limites territoriais impostos pelo Estado, qualificando como sendo autogestão territorial, se reconhecendo na delimitação da produção empresarial e não nas delimitações territoriais impostas pelo Estado. De um lado, o capital hegemoniza o processo produtivo, de outro, o trabalho entra no processo fragmentado a partir da divisão social e técnica.

Nesse sentido Thomaz Jr. (2002a) argumenta que a alienação da identidade do trabalhador com outro trabalhador é reforçada porque eles estão divididos em categorias profissionais que, por sua vez, ao mesmo tempo em que é produto da divisão do trabalho, é a base da identificação corporativa do trabalho em categorias sindicais. Ou seja, a própria estrutura sindical oficial no Brasil, historicamente edifica-se sob os pilares corporativistas e traz na sua representação o sindicato delimitado nas fronteiras municipais. Em coadunação a isso, está o Estado, através do Artigo 8º, inciso II da Constituição Federal, que veta o direito de criação de mais de um Sindicato da mesma categoria na mesma base territorial.

Dessa forma, as relações de classe sob o movimento contraditório capital/trabalho, se expressam em formas diferenciadas na sociedade e se configuram numa gestão territorial do tecido social pela classe hegemônica.

A Geografia poderia decifrar as relações estabelecidas no espaço, que sob a égide do capital as fazem parecer naturalmente criadas, até mesmo porque o trabalhador se encontra alienado de sua condição e alienado em relação aos outros trabalhadores fragmentados em categorias, impostas pelo regramento do Estado.

A sociedade vem, nos últimos 20 anos, presenciando profundas transformações na materialidade e na subjetividade do trabalho. Na visão de alguns autores, estaríamos caminhando para a superação da sociedade do trabalho. Mas para outros, o processo em vigência seria o da permanência da centralidade do trabalho, que se transfiguraria sob outras condições, porém subsumida a lógica societária do capital.

De acordo com Antunes (1995), há que se ter muito claro que a crise está relacionada ao trabalho abstrato e alienado e não ao trabalho concreto, produtor de coisas socialmente úteis, que se caracteriza como uma mediação natural entre o homem e a natureza. O autor aponta que apesar das recentes mudanças ocasionadas pela instalação das novas formas de trabalho, não há tendencialmente, indicações que possam comprovar o fim do trabalho, pois sem a utilização do trabalho humano o capital é incapaz de realizar sua autovalorização.

Em outra obra, Antunes (1998, p. 92) afirma que: “Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo” A resposta para essa questão deve estar fundamentada nos últimos acontecimentos no mundo do trabalho, provocada pela crise do capital. Caracterizada na política pelo Neoliberalismo e na produção pela reestruturação produtiva, o resultado está sendo refletido nas relações de trabalho flexibilizadas e na crise

desencadeada na estrutura organizativa dos trabalhadores, com o enfraquecimento acentuado dos sindicatos, tanto em escala internacional como também no Brasil.

A crise do trabalho, que estrategicamente começou a perpassar por toda a imprensa, tem se caracterizado por um rearranjo do capital que ao entrar em crise na década de 1970, tendeu a se reestruturar, criando novas formas de exploração do trabalho. Essa nova fase do capitalismo, além de desempregar, criou formas de trabalho caracterizando-se segundo Antunes (1995), como fragmentadas, complexificadas e heterogêneas. Essas novas formas de trabalho têm em comum a desregulamentação, com a perda de direitos trabalhistas, o fim da estabilidade, o fim da carteira assinada, etc.

As novas formas de trabalho, ao mesmo tempo em que desemprega, cria novas funções não essencialmente fabris, mas funções de prestação de serviços, terceirizadas, *part-time* e o trabalho informal. Ou seja, por conta do emprego da tecnologia e das novas formas de organização do trabalho toyotista, há um enxugamento do número de trabalhadores que, muitas vezes, submetem-se a jornadas de trabalho extenuantes, enquanto a outra parte dos trabalhadores é jogada na informalidade e na precarização das condições de vida.

Para o autor, o fim do trabalho e do contingente de trabalhadores colocaria fim também na economia de mercado, pela incapacidade de integralização no processo de acumulação do capital, uma vez que os robôs não poderiam participar do mercado como consumidores. Assim, Antunes (1998) aponta que a eliminação do trabalho assalariado, fetichizado e estranhado, teria como conseqüência a eliminação do capital e de seu sistema de metabolismo social, pois os indivíduos passariam a serem livres, sem a necessidade do trabalho.

Por conta dessa nova fase do capitalismo globalizado e da reestruturação produtiva, surge a idéia, defendida por muitos autores, do fim do Estado, ou a retirada deste para o livre jogo do mercado. Porém, essa tese é contrariada por outros autores, entre eles, Batista Jr. (1997), que afirma a presença premente do Estado no direcionamento e na legitimação da atuação das empresas internacionais. Há um fortalecimento dessas empresas devido a essa atuação do Estado que facilita o poder de trânsito das empresas, associado às isenções fiscais.

Em contrapartida, os trabalhadores estão subsumidos ao capital, e além de não terem o apoio do Estado, não têm o poder de superar os limites das fronteiras territoriais definidas pelo Estado. Assim, a sua representação é delimitada no âmbito do município, ou seja, o sindicato é

restringido à base territorial regrada pela institucionalização da estrutura sindical, enquanto que o capital se autogestiona pelo território, apoiado pelo Estado.

Assim se estabelece a trama de relações de poder entre capital e trabalho, onde o primeiro, sem imposição, se autogestiona territorialmente apoiado na revolução técnico-informacional e contando com apoio do Estado, enquanto que o trabalho, fragilizado pela territorialização fragmentada por categorias sindicais e pela base territorial municipal, se submete às imposições do capital.

Como já visto, o mundo do trabalho atravessa um período de mudanças e transformações nas formas de organização do trabalho, ou seja, essa reestruturação das formas de produção impactaram o universo simbólico e os mecanismos de representação da classe trabalhadora.

Aliado a isso, as novas formas de trabalho são extremamente exploratórias e precarizadas, pois eliminam as conquistas trabalhistas, como a carteira de trabalho assinada, etc.

Nesse contexto, as trabalhadoras são as que mais se inserem nesses setores informais, em que há oportunidades mais acessíveis para elas. Existe também o fato de que a divisão sexual do trabalho é captada pelo capital e reforçada no âmbito público, como no setor produtivo da fábrica, onde as funções de menor salário geralmente são realizadas pelas mulheres⁵.

4 - As Formas de Dominação da Classe e do Gênero

Entendemos que a sociedade capitalista, necessita que a ordem e a conseqüente hierarquia das classes sociais se mantenha e para isso, as classes dominantes fazem uso dos aparelhos ideológicos do Estado, que são a escola, a igreja, etc, a fim de que se reproduzam as idéias da classe hegemônica em que a existência das classes seja tomada como fato natural entre os trabalhadores.

Na escola, de métodos tradicionais de educação condicionam a subordinação aluno-professor- diretor, relação posteriormente extensiva à sociedade de classes. É por meio dessa forma de educação que o aluno tende a ser direcionado ao pensamento linear e à idéia de hierarquia, que naturalizam a submissão às ordens na escola, no trabalho etc.

⁵ Mais detalhes ver Brumatti Carvalho, 2004.

Percebemos que na escola é também o lugar onde os alunos começam a se tornar competitivos entre si e de tomar os colegas como concorrentes. Segundo Caniato (1987), a própria ordenação/configuração das carteiras voltadas para frente e sem contato com o colega impede a cooperação, ao mesmo tempo em que se deixa explícita a idéia de hierarquização entre professor e alunos, e da idéia de que sempre deverá ter alguém no comando da classe.

Segundo Caniato (1987), a escola tradicional não incentiva a livre idéia dos alunos, além da falta de expressão das idéias, tanto na forma verbal como na forma escrita, gerando então a passividade dos alunos. Além de que, segundo o autor, muitos dos conhecimentos passados acabam sendo alienantes, porque não se aprende a ver, como não se aprende a não ver.

Outro fato muito recorrente é que o professor muitas vezes não foi capacitado a ver além do que é oferecido como material de trabalho pela escola. Segundo Solange Caravina, conselheira da Apeoesp, seção de Presidente Prudente, 61% dos professores do ensino público do estado de São Paulo está em caráter de ACT (Admissão de Contrato Temporário). O que de certa forma acaba implicando, segundo ela, num desinteresse pelo movimento sindical e por melhores salários, condições de trabalho e de ensino.

A tendência dessa escola é então de gerar alunos competitivos entre si, sabedores de conhecimentos desnecessários e alienados de sua condição, e sem visão de como melhorar a sua vida. Então temos dois processos interligados, que acabam reforçando o papel da escola: o subemprego de muitos profissionais que acabam se submetendo aos ACTs e sem condições de atuar mais eficazmente no trabalho e nos sindicatos. Além da diminuição da chance do aluno, ter por meio da escola, um ensino voltado para o despertar consciente de si e do mundo, uma consciência de si e além de si, e voltado para um despertar coletivo.

Nessa medida o papel da escola tem sido o de domar e podar o desenvolvimento das idéias das crianças, que possuem a maior capacidade de se surpreender com as coisas e de nunca achar natural uma situação, sendo que essa é a principal condição para o desenvolvimento do saber científico e pensar filosófico?

No que toca a questão de gênero, percebemos que há uma divisão entre os sexos, onde apoiadas nos livros didáticos, as escolas procuram reafirmar a posição das mulheres e dos homens na sociedade, iniciada na família.

Temos então a família como a primeira forma de educação, pois muitos de nossos valores e percepções de mundo são adquiridos na família e as primeiras noções de gênero e de classe também são adquiridas primeiramente pela organização familiar.

Iasi (1999) entende que as relações lançadas na família são complementadas, reforçadas e mesmo revertidas pela inserção nas demais relações sociais, onde o indivíduo passa no decorrer de sua vida, na escola, no trabalho, na militância, etc. Tanto na escola como no trabalho as relações estão pré-determinadas, nos parecendo haver um único caminho para a sobrevivência imediata, o da submissão à lógica do capital, de trabalhar. Nossa primeira forma de consciência se manifesta limitada, no momento em que tomamos a parte pelo todo e nossa consciência se expressa como alienação, porque tomamos o mundo pela necessidade imediata. Essa lógica se internaliza e são pregadas como sendo próprias de cada um. Para o autor, essa primeira forma de consciência, a alienação, é tratada como não-consciência, e será por meio dessa primeira forma de consciência que a ideologia será plantada como forma de dominação. A materialidade dessas relações produtoras da alienação é expressa no universo das idéias como ideologia. A ideologia encontra na primeira forma de consciência uma base favorável para sua aceitação.

As relações de trabalho já têm na família as bases, de aceitabilidade, pois logo ao nascer, a criança já passa a adquirir valores tomados como verdadeiros e naturais. A família realiza a mediação da alienação, porque ela reproduz e reforça as relações sociais de produção, dando a base para que a ideologia frutifique e garanta a reprodução destas (Iasi, 1999).

Para Chauí (1994) a ideologia se mantém, porque não diz tudo, porque senão ela se desfaz e se destrói por dentro, e muitas coisas que se pensa ser única, se elimina junto com a ideologia.

No caso da família, não se poderia falar da família, mas de formas de família, que tendem a conservar a subordinação da mulher ao homem e a seus interesses, como garantia de heranças, além de manter a autoridade do chefe da família.

Isso se explicita no caso da família burguesa, cuja existência é garantida pelo contrato econômico entre duas famílias e pela segurança de que o patrimônio irá ficar como herança e onde o adultério é tido como falta grave, sendo convertido à toda sociedade como forma das mulheres serem vigiadas.

É por meio da família e depois também da escola que as diferenças de gênero são fortalecidas. No caso da família monogâmica e burguesa, é

que se criam as bases da opressão feminina e mais tarde na escola, por meio da educação tradicional, separam e opõem-se meninos e meninas, onde a cada um é direcionada uma função. E assim como a ideologia da classe dominante está disseminada entre os trabalhadores, a ideologia de gênero, construída socialmente, também. Do ponto de vista de classe, essa dominação se fortalece com a divisão social do trabalho e no caso da mulher trabalhadora, a opressão ocorre do ponto de vista da classe e do gênero, portanto da divisão social e sexual do trabalho. E sob a questão de raça, se for negra.

Dessa forma, então podemos tentar entender as relações estabelecidas de subordinação de gênero na sociedade e reproduzidas em outras instâncias, como no âmbito dos sindicatos, onde vemos uma hegemonia masculina, decidindo muitas vezes a própria questão da participação da mulher nesses meios políticos.

Vemos que mesmo quando as mulheres se inserem nos ambientes políticos, ainda não se tornaram sensíveis em relação à questão da mulher trabalhadora.

Além da percepção de que falta uma maior interação da diretoria em relação a sua base. A falta de interação poderia se confirmar, quando abordamos sobre a filiação do sindicato a central sindical, onde ficou demonstrado que a grande parte das trabalhadoras não tem conhecimento de questões que envolvem o seu sindicato. Percebemos que por parte do sindicato não tem havido diálogo com sua base, entre o que pensam e fazem, com o que pensam e querem a base categorial.

No caso da mulher, essa questão se torna mais complicada pela sua própria condição de gênero na sociedade, onde entendem o meio político como não sendo considerado lugar de mulher. Sendo assim, muitas trabalhadoras acabam pensando que não cabe à elas entender o funcionamento do seu sindicato.

Diante disso, nos questionamos se por meio do sindicato se poderia lutar pela construção de um outro espaço de igualdade de gêneros e se encaminhar para a emancipação da sociedade do capital. Por meio da construção de um contra-espço, baseado nas relações igualitárias de gênero, sexo, classes, raças, se findaria a sociedade fundada no metabolismo societário do capital? E podemos pensar na atuação das sindicalistas como referenciais para outras trabalhadoras?

5 - O “Lugar” da Mulher na Sociedade de Classes

Na sociedade do trabalho, as relações sociais estabelecidas num dado lugar são fruto da imposição das relações de poder, que se expressam na opressão de classe, gênero, etc.

Mas nesse mesmo lugar onde são territorializadas as relações hegemônicas, que dão “cara” a um dado lugar, ou que são expressas na paisagem, pode vir a ser contestado.

O lugar como territorialização dos conflitos de classe/gênero, também pode ser o do levante ao contra-espço, conforme Moreira (1985). O lugar, fruto da luta de classes, é onde se territorializam as relações da classe dominante, onde o poder define o ordenamento territorial, associado à grandeza escalar do capital, o poder se define no território, onde as relações definidas são da classe dominante.

Em relação aos trabalhadores, de forma geral, o poder se configura na hierarquização das próprias categorias, formadas por contingentes de trabalhadores mais escolarizados e daqueles analfabetos. A própria divisão em categorias divide os trabalhadores em professores, bancários, varredores de rua, gráficos, etc, fazendo com que eles não se vejam como trabalhadores, donos de sua força-de-trabalho, mas sim estanquizados e a identidade é apenas reconhecida por meio da sua categoria.

Nas diretorias dos sindicatos, essa idéia é reproduzida nas configurações de suas composições, onde o poder do homem impõe à mulher que essa deve ocupar as funções de secretaria, cargos onde o poder é minimizado, já que o lugar da mulher é pregado pela classe dominante como sendo o da casa, o meio privado.

Na concepção de Santos (1996), o lugar está ligado a questão da inclusão e da exclusão.

A mulher então é excluída dos cargos de poder, porém incluída no processo de dominação do sistema capitalista, excluída de alguns espaços, porém essenciais a eles.

Nesse sentido, nos perguntamos, qual o lugar da mulher na sociedade capitalista?

Para Smith (2000) o lar é castelo e prisão, na medida que tanto seu ingresso como saída são controlados de várias formas, sendo que a escala do corpo é que define o lugar da identidade pessoal e a escala da casa é onde isso ocorre. Por isso, sem a casa (o sem-teto) perde-se o poder sobre a maneira como a identidade é construída. No acesso a casa, ao lar, é possível criar condições de reinserção e de construção de um contra-

espço, no sentido da construção de identidades e de fortalecimento com esse território de identificação.

Apesar de o ambiente da casa ser historicamente designado à mulher, nesse lugar as funções são realizadas tendo em vista o bom desempenho do lar. Ela é a responsável pelas condições de reprodução e isso em sintonia com as necessidades do trabalhador, chefe da família e no momento em que ela própria tende a sair para o trabalho remunerado, continua sendo a única responsável pela casa. Trabalho gratuito e sem custos para o capital. A casa é o lugar da reprodução dos seres humanos, sendo que esta função juntamente com a função da reprodução dos trabalhadores é organizada e na maioria das vezes é realizada pela mulher.

Por mais que as realidades têm sido dinamizadas, pela instantaneidade das coisas e lugares, pensamos que é no espaço de sua identidade, na sua casa, no seu lugar, que se criam condições de um levante, de um contra-espço, em que é possível saltar as escalas. É preciso estar em um lugar, ocupar seus espaços, para a partir dessa experiência lutar contra o mesmo. Não se pode lutar e buscar uma outra forma alternativa se não se vive a que se tem, se não se conhece a forma existente.

Assim podemos pensar como a mulher pode estar/sentir em um lugar pregado como sendo seu, porém com as funções definidas independentes de sua vontade, e onde esse trabalho doméstico é invisível, não remunerado, não reconhecido.

É nesse sentido que Smith (2000) afirma que com a criação de um mecanismo que faz com que dada camada da sociedade tenha acesso corporal a espaços antes inimagináveis, pode ocasionar o saltar escalas, já que a construção da escala de corpo além de ser socialmente construída, está intimamente ligada a questão de classe. Assim “o cuidado com o corpo, o acesso físico ao corpo e pelo corpo e o controle sobre o corpo são as avenidas centrais da disputa nessa escala” (Smith, 2000, p.145). Isso na medida em que “o onde estar e o onde ir” está ligado a questão do poder de cada classe social.

Assim como o local físico primário da identidade pessoal, além de ser socialmente construído, está ligado à classe hegemônica.

Para Meszáros (2002) a mulher é que sustenta todo a estrutura do capital, já que a família é o microcosmo da estrutura metabólica do capital e por isso há o perigo dela obter alguma forma de poder. Pois como vimos, é na família que se criam as condições de exploração do trabalhador, com a mulher exercendo a função de prover a família de todas

as condições para melhor serem exploradas. Então a mulher poderia também fazer a situação inversa, reverter o processo de exploração?

Sob a perspectiva de classe, a configuração da opressão sofrida pela mulher expressa-se sob o poder do capitalista e na relação com o sindicato, essa configuração é expressa pelas relações de poder do homem para com a mulher, além da presença muito forte do machismo.

É no lugar onde se territorializam os fenômenos, fruto do embate capital/trabalho e é nesse lugar que tomamos como referência para nosso olhar geográfico, onde os diversos movimentos concebidos pelo processo do metabolismo do capital se expressam. Porém o lugar não é isolado da realidade, ele é um microcosmo de um movimento maior, que passa por meio da referência local a ter conotações globais, porém, sem deixar de ser referência local. A importância da Geografia fica expressa por essas grandezas escalares.

No caso das mulheres não-sindicalizadas e sindicalizadas, o limite para a ocupação de outros espaços e lugares, está além dos estigmas impostos às mulheres pela sociedade, na execução da dupla jornada de trabalho e no fato de a maioria das mulheres dizer não gostarem de política.

No caso das sindicalistas, o limite para ocupação de outros lugares e cargos seria o da execução da tripla jornada de trabalho, sobrecarga que têm quando não conseguem afastamento integral do trabalho assalariado para se dedicarem ao sindicato. Tornando-se, muitas vezes uma sobrecarga, o que contraditoriamente pode ser uma forma de potencializar sua emancipação, ou seja, o fato de haver uma terceira jornada de trabalho para as mulheres possibilita a convivência com o mundo sindical. O que tendencialmente poderia desencadear uma visão mais politizada do mundo e das condições de trabalho exercidas.

No entanto, a própria organização sindical, que delega às mulheres os cargos de menor prestígio e de poder de decisão, é um limite da ocupação do lugar/espaço/território. O limite seria o fato de o sindicato não ver o diferente como variação, mas como separação?

Há o limite de se pensar além dessa forma de sindicato, de sociedade, de gênero e de classe. Como poder vislumbrar uma sociedade além do capital? E como pensar diferentemente dessa lógica, além da dicotomia de homem/mulher, sindicalizados/não-sindicalizados, sindicato/Estado, capital/trabalho?

Como pensar em igualdade de gênero numa sociedade que se estrutura pela desigualdade? E onde se territorializa as relações definidas

pela hegemonia de classe, onde os homens e mulheres de posse dão sua caracterização àquele lugar, que se torna referência?

Seria na condição de trabalhadora que pode estar a alternativa de vir a ter a terceira jornada, não como um fardo, um trabalho alienante, sem prazer, cujos frutos lhe são também alienantes. Mas na condição de militante que a mulher pode vir a ter a possibilidade de conhecer seus direitos enquanto trabalhadora, cujo trabalho alienante sustenta o sistema, por dois motivos, pela extração da mais-valia com seu trabalho assalariado e do seu trabalho gratuito no ambiente do lar, ao prover toda a família para o trabalho.

Seria nas relações criadas com vistas à emancipação de classe, por meio da militância, sindical, partidária ou de algum movimento social de cunho coletivo, que se aposta que as mulheres podem avançar em relação à emancipação de gênero?

Dessa forma, o lugar a ser criado/construído pela mulher deve ser aquele em que as diferenças de classes não são gritantes e onde haja igualdade também entre os sexos.

Mas lembremos que conforme aponta Meszáros (2002), a igualdade num sistema onde se mantém ao mesmo tempo a subordinação do trabalhador no processo de reprodução metabólica do capital é uma contradição. E ainda afirma que “somente uma força comunitária de produção e troca social pode arrancar as mulheres de sua produção subordinada e proporcionar igualdade” (MESZÁROS, 2002, p. 305).

Retomando o que Smith (2000) expôs, podemos fazer uma analogia da situação estudada com os sem-teto. Pois com a criação do “veículo do sem-teto” e do “Poliscar”, pelos moradores de rua, eles puderam, de certa forma, se sentirem “integrados” a cidade, na medida que passaram a ter um lugar para dormir de maneira mais confortável, além de realização de algumas tarefas antes impensáveis. Dessa forma, podemos entender a percepção de que a libertação política exige o acesso ao espaço e dessa forma reorganizar a produção e a reprodução da vida cotidiana no interior do lar, só assim poderão estar resistindo à opressão e à exploração numa escala maior, num campo geográfico maior.

Para o autor, isso só será possível quando dado movimento organizado localmente tiver condições de saltar escalas, no sentido de dissolver as fronteiras espaciais que são, em larga medida, impostas pelos que detêm a produção e reprodução da vida cotidiana. O autor reafirma o conceito de escala como um mecanismo de inclusão social de grupos que

podem passar a ampliar as identidades de um dado lugar, tendo em vista a supressão do espaço pelo tempo.

Ainda segundo Smith (2000), o sistema de escala não é ontológico. A escala geográfica é hierarquicamente produzida como parte das paisagens sociais, culturais, econômicas e políticas do capitalismo e do patriarcado contemporâneo. A escala demarca o sítio da disputa social, tanto do objeto quanto da resolução dessa disputa e é a escala que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado.

Nesse sentido, as mulheres podem ter a perspectiva de tentar reafirmar seu lugar no espaço do capital, onde haja a igualdade dos trabalhadores entre si e onde não haja oportunidade para a imposição das condições desse sistema alienante.

O espaço a ser criado pressupõe a construção de referenciais, baseados nas condições de igualdade de classe e de gênero. Numa grandeza escalar de maior expressão e que tenha poder para impor a sua configuração geográfica no espaço. Essa configuração terá a Geografia da igualdade como princípio de construção de referenciais. Onde as relações de trabalho possam ser a de produzir o essencial para a subsistência, longe da hierarquização da classe trabalhadora, firmada pela divisão social do trabalho, extremamente excludente. E onde se possa ter o acesso ao espaço construído longe da idéia da existência de classes sociais.

Ainda de acordo com o autor, o acesso diferenciado ao espaço leva a diferenças de poder na construção de escala da vida cotidiana. E é na construção de uma identidade no espaço e lugar imposto pelas fronteiras da escala hegemônica que pode se tornar uma arma de expansão e de inclusão, ampliando as identidades. No sentido de que, ao mesmo tempo em que o estabelecimento de escalas pode impor identidades, pode por outro expandir as identidades, formadas em um dado lugar com a perspectiva voltada para os interesses da classe dominada.

Na mesma forma podemos considerar a questão de gênero, onde a mulher confinada às funções de menor prestígio no meio sindical pode vir a criar uma forma de contestação de sua condição. O limite da exclusão pode gerar condições de agir para ser incluída na construção do contra-espço. Lembrando que as relações estabelecidas no espaço do capital se territorializam com a imposição do poder da classe dominante, do patriarcalismo ou do poder do homem sobre a mulher, e no caso da trabalhadora, com uma dupla imposição dessas duas frentes.

Meszáros (2002) coloca a importância da igualdade nas relações entre homens e mulheres, para a própria emancipação da sociedade, pois a partir desse relacionamento é que se pode medir o nível de desenvolvimento da sociedade. Essa relação, então, deve vir livre do provimento socioeconômico e espontaneamente regulada pelos próprios indivíduos, “não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a auto-realização dos indivíduos como seres sociais particulares” (MESZÁROS, 2002, p. 268).

A partir do momento em que a mulher se insere no sindicato, ela começa a vislumbrar o meio público que lhe é negado. Levando em consideração que o sindicato é considerado ainda um lugar que possui vícios pelo fato de estar regado pelo Estado, e mesmo que potencialmente possa vir a se tornar um contra-espço, é um processo que requer mudanças profundas e estruturais.

Dessa maneira, a construção de um contra-espço deve levar em conta a posição da mulher na sociedade e nos sindicatos, no sentido de que: “Somente uma força, comunitária de produção e trocas sociais pode arrancar as mulheres de sua posição subordinada e proporcionar igualdade”. (MESZÁROS, 2002, p. 303)

Mas para isso é de suma importância uma mudança nos padrões de funcionamento e de gestão dos interesses dos trabalhadores por parte dos sindicatos, em que os mesmos vêm assumindo o papel que deveria ser do Estado, ao oferecer serviços médicos, odontológicos, e alguns deles assumindo também o papel de gestor de recursos dos sindicatos, numa reversão dos princípios a que se propunha anteriormente, com o novo sindicalismo. Deixando de lado a posição de politização da base trabalhadora, no sentido de sua condição de trabalhador alienado e de essencial importância para o funcionamento do sistema metabólico do capital, e no caso da mulher, sua importância está na própria estruturação desse sistema, conforme apontou Meszáros (2002).

O sentido é conseguir ver nas especificidades, as características que possam compor um movimento diverso, mas uno. Onde as unidades, possam por meio da união de suas forças, formar um movimento único, porém dotado de capacidades diversas. As individualidades não podem estar desconectadas da totalidade social, se se quer impor uma nova forma espacial de sociedade. Assim, a potencialidade para a construção de um contra-espço deve partir de um espaço vivido, porque somente quando se está dentro de dado espaço, vivendo dado processo, é que se pode lutar contra ele. A idéia do Poliscar, (SMITH 2000) é de, por esse mecanismo

que se passa a ter acesso ao espaço urbano. Não apenas o morar, no caso dos sem-teto, mas pelas relações estabelecidas, e a partir disso é que se podem criar condições de saltar escalas.

Nesse mesmo sentido, Moreira (1985) aborda o contra-espaço, na medida em que as forças não-hegemônicas possam, por meio do acesso aos lugares, construir seu espaço, voltado para suas necessidades e anseios, se contrapondo ao que está colocado pela classe dominante.

Da mesma forma, podemos pensar na idéia de contra-espaço a ser realizado pela atuação das mulheres nos sindicatos. Na perspectiva de com o exercício da tripla jornada possa vir a trazer novos elementos para a consciência de classe e de gênero, das mulheres da classe trabalhadora.

Já pudemos conferir que a atuação das mulheres nos sindicatos pesquisados, mesmo com a acumulação das tarefas da tripla jornada de trabalho, novas perspectivas têm sido abertas. Até mesmo porque, conforme a afirmação de uma militante, o sentido da participação da mulher nos órgãos políticos é não supervalorizar alguns obstáculos que de forma geral as mulheres enfrentam, pois segundo ela: “a gente aprendia com as outras mulheres, o que era fundamental e o que era acessório”.

A mulher pode então vir a criar mecanismos de conscientização da base trabalhadora. Seja por meio do jornal do sindicato, da abertura para a maior atuação da mulher nas diretorias sindicais. A idéia é, por meio da ocupação de lugares antes impensáveis, como a ocupação de cargos nos sindicatos, começar a trazer as suas questões específicas de gênero para o interior dos sindicatos e do meio político de forma geral.

Dessa forma, apostamos na possibilidade da militância política desencadeada pela terceira jornada de trabalho da mulher, ser um mecanismo de saltar escalas e construir seu espaço numa escala ampliada, diante de suas necessidades, prejudicada pela construção de uma escala corporal baseada na divisão sexual das funções. Porém, podemos pensar que a mulher ao realizar a tripla jornada de trabalho, pode ao mesmo tempo entender a importância de seu papel para a estruturação do sistema de metabolismo social e a partir da ocupação do sindicato, tornar possível o saltar escalas.

Nesse sentido é que reforçamos que a atuação da mulher nos sindicatos, através da tripla jornada do trabalho, tem a perspectiva da construção de um contra-espaço, voltado para suas questões de gênero, mas sem perder de vista a classe trabalhadora como um todo. Pois, conforme vimos, somente a partir da vivência e da experiência em um dado espaço é que se pode criar condições para a construção de um espaço

alternativo, com perspectivas voltadas não somente para a questão de gênero, mas da classe social e porque não, do fim do sistema de classes, sustentado pela permanência do sistema metabólico do capital.

A idéia é de por meio da inserção no meio sindical, como dirigentes, que as mulheres poderão visualizar essa possibilidade, já que estando fora desse processo não se pode medir com precisão o “grau da escala a ser alavancado”, ou do espaço a ser ocupado. E a partir disso, construir o lugar voltado às suas necessidades, anseios e que tenha uma “cara nova”, um contra-espaço. E esse espaço a ser construído, tende a ser aquele em que possa levar as perspectivas de uma classe dominada como um todo, já que para a emancipação da sociedade se pressupõe que haja a emancipação enquanto gênero, classe, raça, etc.

Nesse ínterim, vemos que o papel da Geografia deve ser aquele voltado a uma prática social, conforme Gomes (1991), que dê um rumo racional ao processo de produção e reprodução espacial.

Longe de pensar que num papel de transformação social, pois esse papel, segundo Gomes (1991) tende a ser realizado pela classe trabalhadora de forma geral.

A pretensão então é a de refletir criticamente as alternativas postas e a possibilidade de construção de novas alternativas. Para isso, o rigor científico presente nos estudos geográficos pode contribuir para a análise da realidade em que essas alternativas possam ser construídas. Pois compreendemos que o papel da geografia é de estar comprometida com as questões sociais, dotando-as de referenciais teóricos e epistemológicos, no sentido de revelar o que está expresso no território.

6 - Bibliografia

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**. Londrina: Práxis, 1999. 193p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas; Editora da Unicamp, 1995. 258p.

ANTUNES, Ricardo. Lutas sociais e desenho societal no Brasil dos anos 90. In: **Crítica Marxista**. São Paulo: Xamã, nº 7, p. 89-110, nov. 1998,

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. **São Paulo: Boitempo, 1999**.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Mitos da “Globalização”. São Paulo: USP, São Paulo: **Coleção Documentos**, IEA, 1997.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: Hucitec, 1991a, 312p.

CANIATO, Rodolpho. **Com ciência na educação: ideário e prática de uma alternativa brasileira para o ensino da ciência**. Campinas: Papirus, 1987, 127p.

CANÔAS, Cilene Swain. **O olhar feminino sobre 2010**. São Paulo: Textonovo Editora, 1997

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **A comunicação sindical em Presidente Prudente: elementos para uma leitura geográfica**. Presidente Prudente/SP: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2000. (Dissertação, Mestrado em Geografia).

CARVALHAL, Terezinha B. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente: Edições Centelha, 2004, 142p.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, 125p.

GOMES, Horieste. **A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1991, 74p.

GUTERMAN, Débora. Sindicato muda de perfil e atrai nova elite In: **Valor Econômico**. São Paulo. 31 out. 2002. p.12

IASI, Mauro L. **Processo de consciência**. São Paulo, CPV, 1999, 81p.

LENIN, V. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980, 139p.

LESSA, Sergio. **A ontologia de Luckas**. Maceió: EDUFAL, 1996, 146p.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, Livro Primeiro, v 1, 1993, 301p.

MÉSZÁROS, I. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In: **Ad Hominem**, São Paulo: Estudos e Edições, nº 1, p. 83-124. 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, 1102p.

MOREIRA, Ruy **O Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1985.

MOREIRA, Ruy Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). In: **Ciência Geográfica**, AGB/ Bauru: nº 06, p. 1-11, Abril de 1997.

MOREIRA, Ruy. A globalização como modo de vida capitalista globalizado. In: **Ciência Geográfica**, Bauru nº 19, p.19-21, maio/ago, 2001.

OLIVEIRA, Orlandina de. e ARIZA, Marina. “División sexual del trabajo y exclusión social”. In: **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**. Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, Ano 3, nº5, 1997, p 183-202.

SANTOS, Milton **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996a, 308p.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES. Antonio A.(org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 132-175.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

THOMAZ JR A. Qualificação do trabalho: Adestramento ou Liberdade? Uma contribuição para o entendimento dos Desafios postos ao Movimento Sindical, diante da Reestruturação Produtiva do Capital. **Revista Eletrônica** do II Colóquio Internacional de Geocrítica “Innovación, Desarrollo y Medio Local – Dimensiones Sociales y Espaciales de la Innovación”. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000.

THOMAZ Jr., Antonio **Por trás dos canais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002a, 388p.

THOMAZ Jr. A. **Por uma Geografia do Trabalho**. (Reflexões Preliminares) Scrita Nova, revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. VI, nm.119(27), 1 de agosto de 2002b. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn119-5.htm